



COMUNISMOS LATINO-AMERICANOS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PCB E DO PCCh

COMMUNISMS LATIN AMERICANS: THE PROCESS OF FORMATION OF THE PCB AND THE PCCh

Victor Augusto Ramos Missiato*

Resumo: Procuramos apresentar neste artigo uma comparação entre os processos de formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Comunista de Chile (PCCh), mediante a crescente influência do Movimento Comunista Internacional, dirigido pela URSS. Levando também em consideração as particularidades nacionais, através das relações entre comunismo e outras culturas políticas, objetivamos destacar o caráter heterodoxo do comunismo latino-americano, a partir da conjuntura dos anos 1920. Como aporte teórico-metodológico, trabalharemos com periódicos e documentos dos Partidos Comunistas analisados.
Palavras-chave: Comunismo. América Latina. Cultura Política.

Abstract: We present here in this article a comparison between the formation processes of Partido Comunista do Brasil (PCB) and the Partido Comunista de Chile (PCCh) by the growing influence of the International Communist Movement, headed by the USSR. Also taking into account national particularities, through the relationship between communism and other political cultures, aimed to highlight the unorthodox character of Latin American Communism, from the conjuncture of the 1920s and the construction of roads to revolution. As theoretical-methodological contribution, we will work with periodicals and documents of the Communist parties.

Keywords: Communism. Latin America. Political Culture.

A origem dos partidos comunistas na América Latina

1922 pode ser compreendido como o marco fundacional dos partidos comunistas de Brasil e Chile. Suas origens, todavia, advêm de distintos movimentos político-sociais que, ligados a tradições diversas, auxiliaram na formação de um caráter multidimensional da cultura política comunista latino-americana¹. Por conseguinte, a partir da interação entre comunismo internacional e o comunismo nacional iremos desenvolver este artigo².

* Doutor em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP. E-mail: victor_missiato@hotmail.com

¹ Cultura política, aqui, é um conceito utilizado a partir da renovação da história política, que através de novos olhares sobre o mundo do político, procurou redimensionar a relação do poder com a sociedade em seu tempo. Desse modo, “pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o



As institucionalizações dos partidos comunistas, brasileiro e chileno, estão inseridas naquilo que o historiador Silvio Pons denominou o “tempo da revolução (1917-1923)” do Movimento Comunista Internacional (MCI), quando ocorreu o projeto soviético de expansão da Revolução Bolchevique. O bolchevismo, preocupado em atenuar seu isolamento, procurou “explorar a ressonância internacional da revolução”, ocorrida na Rússia, em 1917 (PONS, 2014, p. 65). Tal cultura política, formada na crise da experiência da “Grande Guerra” e na “radicalização social e ideológica de massas do pós-guerra”, ascendeu internacionalmente em 1919, quando tivera início a III Internacional Comunista (IC).

O poder do “encanto universal de outubro” adveio, também, do imaginário revolucionário jacobino, presente na representação política da democracia moderna. O imaginário leninista fundiu-se a essa ideia secular (1789), criando uma “força mitológica”, que acabou por incluir, em sua trajetória, parte do pensamento burguês do século XX, fornecendo uma “capacidade de síntese”, que sustentará tal imaginário nas mais diversas crises ao longo desse período (FURET, 1996, p. 123). Portanto, assim como as Revoluções Americana e Francesa, a Revolução Russa, vista como uma outra experiência revolucionária da modernidade, distinta de suas “irmãs”, pretendeu, no âmbito geográfico, uma *revolução universal* e, na esfera temporal, uma *revolução permanente*, visando cumprir um projeto universal específico³.

homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história” (BERSTEIN, 2009, p. 31).

² Compartilhamos aqui, a visão do intelectual argentino José Aricó acerca da questão da “unidade problemática” latino-americana. Ao encontrar obstáculos para se pensar o marxismo na região, Aricó visualiza num sentimento latino-americano em estado virtual ou latente, que transpassa o dado geográfico ou histórico, uma possível solução para o problema. De acordo com o autor: “A problematidade da categoria “América Latina” tem, assim, fundamento e explicação em sua necessidade de dar conta de uma realidade pré-constituída, mas em formação, cuja morfologia concreta pode ser concebida não como a “mundanização” de um *a priori*, mas como o produto histórico de um prolongado processo de constituição, que pode ser estudado graças à presença de um substrato histórico comum que remonta a uma matriz contraditória, porém única” (ARICÓ, 1987, p. 420). Essa “unidade problemática” fundamenta-se, também, no encontro com a questão nacional de cada país. Segundo o sociólogo chileno Jorge Larraín, é necessário destacar que na América Latina sempre existiu uma consciência referente a uma identidade latino-americana, articulada junto às identidades nacionais (LARRAÍN, 2001, p. 49).

³ Para o autor, ao se pensar as temporalidades da revolução política e revolução social, “o grau de coincidência e interdependência entre as revoluções políticas e as revoluções sociais é uma das questões fundamentais da história moderna. A emancipação das antigas colônias, praticamente terminada do ponto de vista político, não escapa à pressão de continuar como um processo social, para que assim seja possível recuperar a liberdade política. [...] Em outras palavras, todas as variações modernas do termo “revolução” pretenderam, do ponto de vista geográfico, uma *revolução universal* e, do ponto de vista temporal, uma *revolução permanente*, até que seus objetivos fossem cumpridos. Hoje já podemos acrescentar a Revolução Chinesa a essa lista” (KOSELLECK, 2006, p. 72).



Desse modo, o impacto revolucionário do bolchevismo acabou por espalhar-se em diversas regiões do mundo, tamanho seu poder atrativo sobre as massas emergentes. No entanto, na América Latina, até o final da década de 1920, os partidos comunistas tiveram pouca participação nas relações políticas do Movimento Comunista Internacional, coordenado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Entre alguns fatores, podemos mencionar a distância e as dificuldades de acompanhamento desses partidos frente às diretrizes soviéticas, além das próprias especificidades nacionais que serão analisadas ao longo deste capítulo. Essa constatação, porém, não anulou as tentativas de aproximação junto ao MCI.

Diante do surgimento dessa cultura política revolucionária, presente na conjuntura internacional de expansão do socialismo soviético, na América Latina, o surgimento do bolchevismo-leninismo influenciaria na perspectiva de se alcançar o horizonte socialista nas esquerdas e nos movimentos sociais da região. O conhecimento e as informações em torno do que acontecia na Rússia eram escassos e distorcidos, mas o próprio impacto da revolução inspirou diversos militantes e atormentou as principais lideranças políticas da época. Embora esses movimentos não tenham tido um caráter insurrecional, ocorreram “numa atmosfera inflamada pelas perspectivas de revolução mundial e pelo temor dessa revolução” (HALL; SPALDING JR., 2009, p. 317).

Entre os anos 1917 e 1920, testemunhou-se uma explosão do movimento de trabalhadores sem precedentes na história latino-americana. Várias mobilizações e greves foram deflagradas nesse período. Em 1917, grupos políticos de esquerda na região apoiaram imediatamente a Revolução Russa. Pela primeira vez, a perspectiva referente à possibilidade de conquista do poder político, mediante um projeto revolucionário de sociedade, era “posto no centro do debate e indicado como divisor de águas entre as forças reconhecidas como marxistas e aquelas só genericamente socialistas” (ARICÓ, 1987, p. 435). A Terceira Internacional Comunista (Comintern), mesmo distante e pouco atenta às questões latino-americanas, em documentos datados entre os anos 1921 e 1923, já abordava a hipótese de extensão continental da revolução latino-americana contra as forças do imperialismo americano e a burguesia local, além de reforçar a divisão no seio das próprias esquerdas. No documento *Sobre a revolução na América* (autoria indeterminada), publicado pela Internacional Comunista, em 15 de janeiro de 1921, e reeditado na coletânea de textos intitulada *O marxismo na América Latina: uma antologia de*



1909 aos dias atuais, organizada por Michel Löwy, também é possível constatar as disputas nas esquerdas latino-americanas, decorrentes desse processo:

O socialismo não fez nada para desenvolver este movimento revolucionário das massas. Na América do Sul, o socialismo traiu escandalosamente os interesses das massas. [...] Desacreditar este socialismo, aniquilar sua influência, fortalecer os elementos socialistas revolucionários com o comunismo: esta é a tarefa revolucionária urgente e essencial. [...] O parlamentarismo do partido socialista é uma traição à classe operária e à revolução. Em compensação, o parlamentarismo do partido comunista é o reconhecimento revolucionário *de facto* de que temos de utilizar todos os meios e a tribuna parlamentar, enquanto não tenhamos organizado o movimento de massas que deve suprimir os parlamentos (LOWY in INTERNACIONAL COMUNISTA, 2006, p. 80-82).

A maneira como essas diretrizes foram sendo assimiladas pelos partidos comunistas latino-americanos teve a ver, também, com o grau de “liberalização do sistema político” em cada país (ARICÓ, 1987, p. 422). Portanto, desde o início das relações entre partido comunista nacional e MCI, houve um espaço de autonomia do partido local frente às diretrizes da matriz soviética. Ademais, devido aos rompimentos e rivalidades com outros grupos de esquerda, a maioria desses novos partidos comunistas conviveu com fracionamentos internos e disputas com socialistas e anarco-sindicalistas. Além disso, tais partidos sofreram perseguições por parte dos aparatos estatais (HALL; SPALDING JR., 2009, p. 322).

A formação do PCB e do PCCh no “tempo da revolução”

No Brasil, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi formado por um conjunto de militantes ligados, em sua maioria, ao movimento anarco-sindicalista - única força política da década de 1910 que conseguiu influenciar algumas manifestações operárias - sendo que após aderirem ao comunismo, mudaram suas posições e começaram a tratar as correntes anarquistas como ideologias pequeno-burguesas⁴. Tal distanciamento denotou uma busca por afirmação de identidade, quando os anarquistas foram considerados “oportunistas de esquerda” e os cooperativistas, outra força política de oposição ao governo, foram qualificados como “oportunistas de direita”. Essas críticas, visando negar todos os “outros”, dificultaram a formação

⁴ As greves de 1917 e 1919 servem de grandes exemplos do tamanho da influência conquistada pelos anarquistas nos meios sindicais.



inicial de alianças com outras forças de esquerda: “some-se a isso o fato de que os comunistas se consideravam portadores de um saber superior, os legítimos representantes da classe operária. Por isso, quem não estivesse com eles, estaria contra eles” (PANDOLFI, 1995, p. 84).

Essas ações não evitaram as contradições existentes na própria mentalidade do Partido brasileiro. Uma constatação notória desse momento é que a maioria desses membros fundadores tinha pouco conhecimento e tradição junto aos estudos do marxismo (KONDER, 2009, p. 168). Tal contradição culminou no “caso Canellas”, quando o PCB enviou o dirigente Antonio Bernardo Canellas, no intuito de obter o reconhecimento oficial do PCB junto ao 4º Congresso da Internacional Comunista, realizado entre os meses de novembro e dezembro de 1922. Pouco afeito às diretrizes do marxismo soviético, Canellas participou ativamente dos debates acerca da maçonaria e da situação na França, causando um grande desconforto geral durante as reuniões:

Por essa razão, os debates dos quais participa caracterizam-se pela acentuação dos valores morais, do que resulta uma Resolução da IC, que diz: “O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunista” (CARONE, 2003).

Na visão dos dirigentes brasileiros esse caso significou uma grave derrota para as pretensões do Partido, pois havia o interesse em acompanhar e participar do processo revolucionário mundial, que tivera início na Rússia. Levaria algum tempo para que o PCB conseguisse ser reconhecido internacionalmente, inclusive por outros partidos comunistas latino-americanos.

Esse determinado tipo de formação partidária que, naquela conjuntura, buscou no exemplo soviético uma influência, mas não um modelo propriamente definido, também pode ser atribuído aos comunistas chilenos, acentuando-se ainda mais a intencionalidade do Partido quanto à manutenção de sua autonomia. Diferentemente de outros partidos comunistas, incluindo o PCB, o *Partido Comunista de Chile* (PCCh) nasceu sem o apoio ou presença de delegados da Internacional. Foi uma decisão dos atores locais que interpretaram uma realidade mundial. Ao contrário do caso brasileiro, que embora tenha mantido certo grau de autonomia frente às



diretrizes do comunismo soviético procurou, desde 1922, estreitar tal relação e tentar uma interlocução permanente com Moscou e seus dirigentes, o Partido chileno priorizou suas atividades locais e seu elevado grau de autonomia. Ao analisar todo o trabalho documental realizado pela historiadora russa Olga Ulianova, ao debruçar-se aos arquivos referentes ao Comintern, o historiador Sérgio Toso nota que PCCh, até 1927:

Demonstrou notável independência em relação ao centro do comunismo mundial, manifestando pouco interesse por informar ao Comintern acerca de suas atividades e que, diferentemente de outros partidos comunistas, especialmente os latino-americanos, nunca solicitou instruções a Moscou de sobre como proceder (TOSO, 2011, p. 249).

No que concerne à relação entre comunistas e anarquistas, segundo José Aricó, no Chile, Uruguai e Argentina, tais correntes políticas estabeleceram maiores relações de vínculo e influência durante um período mais longo (1987, p. 422). No caso chileno, objeto de nossa comparação, no plano das tradições políticas, a relação entre comunistas e anarquistas foi diferente ao compararmos com o caso brasileiro. Se no Brasil, o PCB surge a partir de membros ligados ao movimento anarco-sindicalista, no Chile, há uma história *sui generis* de um partido socialista latino-americano, denominado Partido Obrero Socialista (POS) que, fundado no marxismo heterodoxo da II Internacional, e presente junto aos movimentos sociais emergentes, em especial, movimentos de trabalhadores localizados ao norte do país, transformou-se em partido comunista, filiando-se à III Internacional, sem significativas rupturas programáticas e sem a tentativa implícita de romper com seu passado. Embora, desde o seu início, o PCCh também fora palco de divergências e fracionamentos que levaram, entre outras questões, ao suicídio de seu principal líder, Luis Emílio Recabarren, em dezembro de 1924 (TOSO, 2011, p. 07)⁵. Diferentemente do caso brasileiro, a relação entre comunistas e anarquistas chilenos deu-se mais

⁵ A própria leitura que o PCCh irá fazer de sua história reflete bem essa tentativa de solidificar uma unidade estratégica e, mais que isso, uma unidade identitária. Em artigo publicado na revista *Princípios* (janeiro/fevereiro de 1957), o então secretário-geral do Partido, Galo Gonzáles, comemorou os 35 anos de fundação do PCCh, enaltecendo a figura de Recabarren como fundador e organizador da instituição, e criticando as disputas internas e desligamentos de membros, ao que chamou de “desvíos iniciais” (PRINCÍPIOS Nº 40, 1957, p. 02). Um ano antes, Edmundo Perez, outro militante comunista, enalteceu o 34º aniversário do Partido afirmando que “Ninguno de los tantos partidos políticos que hay en Chile tiene una raíz nacional tan robusta y fecunda como la del Partido de los comunistas. Y no podrían tenerla. El origen del Partido Comunista viene del surgimiento de clase obrera, la fuerza revolucionaria principal de nuestra época” (PRINCÍPIOS Nº 33, 1956, p. 06). Quase sessenta anos depois, em 2012, houve uma grande mobilização festiva em torno das comemorações do centenário do PCCh, aludindo sua origem a partir a criação do POS, em 1912.



no plano das disputas ideológicas e estratégicas, com algumas aproximações (por exemplo, o rechaço inicial da política institucional, logo após a transição POS-PCCh), enquanto que no Brasil a relação foi umbilical, embora tenha ocorrido um grande esforço dos primeiros dirigentes comunistas e seus sucessores quanto à negação e crítica desses laços, e a construção de uma história comunista pioneira nos avanços junto aos movimentos operários menosprezando, assim, a atuação das esquerdas brasileiras nos movimentos operários das duas primeiras décadas do século XX.

A partir de outra experiência histórica, o PCCh formou-se a partir de uma tradição socialista, vinculada à II Internacional e, apesar das divisões internas decorrentes dessa transformação, manteve a figura representativa de seu principal líder, Recabarren, como fundador do comunismo chileno. Subjaz disso, além de uma familiaridade maior com o marxismo, encarnada, principalmente, na figura recebarrenista, a percepção de um enraizamento do Partido junto aos movimentos sociais, em especial, os movimentos do norte do país, onde salitreiros e mineiros destacavam-se entre os principais grupos filiados. Em contrapartida, no Brasil, de acordo com Carlos Nelson Coutinho, em prefácio ao livro *Derrotas da Dialética*, de Leandro Konder, “até 1922, todas as tentativas de criar um movimento político de inspiração marxista não passaram do esforço fracassado de uns poucos abnegados” (COUTINHO, 2009, p. 08).

Ao estabelecermos essas tentativas de compreensão acerca dessas formações partidárias e traçarmos as trajetórias do PCB e PCCh em seus primeiros anos, buscaremos compreender a participação e as relações desses partidos políticos, política, Estado e representações sociais em cada país, a partir das interações com os processos políticos do Movimento Comunista Internacional.

As formações das culturas políticas comunistas no Brasil e no Chile

A década de 1920 foi marcada por um período de ascensão de ideias e movimentos contrários ao liberalismo político e econômico. Diversos desses movimentos surgiram na Europa e na América. À esquerda ou à direita, ampliou-se o número de agremiações políticas e regimes defensores de uma maior intervenção do Estado na economia e na sociedade. Foi o momento em que as “ideias corporativistas”, herdeiras do positivismo, cujas raízes penetraram no terreno ocidental, a partir do século XIX, assumiram, ao longo da década, uma significativa influência na



intelligentsia latino-americana, contrapondo-se à democracia liberal e ao socialismo. Por outro lado, tanto os liberalismos, quanto os socialismos latino-americanos, amalgamaram tais concepções políticas corporativistas, dada às características próprias dessas culturas políticas, que foram reinterpretadas conforme as especificidades nacionais (HALE, 2009, p. 408).

No Brasil, essa tendência coadunou-se a uma tradição positivista, disseminada na educação e no pensamento social, que contestou a intelectualidade cosmopolita e procurou criar instituições sintonizadas com a sociedade e as tradições do Brasil. O autoritarismo prevaleceria diante das tentativas de democratizar o país. A consequência disso pôde ser sentida no aniquilamento de movimentos sociais da década de 1910 e no controle do poder político, assegurado diante de um estado de sítio permanente no governo de Arthur Bernardes, eleito em 1922. Os espaços de legitimidade e ação política foram sufocados. A busca pela ampliação da cidadania esbarrou na questão da ordem social. Por conseguinte, o poder político não legitimou o espaço republicano dos movimentos sociais, sendo que a própria “questão social” foi considerada “caso de polícia” na Primeira República.

O comunismo brasileiro, embora surgisse como oposição a essa ordem autoritária, assimilou tais aspectos culturais de sua sociedade. Como ilustração, uma das primeiras tentativas intelectuais de pensar o comunismo no Brasil e divulgar suas ideias, deu-se a partir do relançamento do jornal *A Nação*, cujo proprietário, o intelectual positivista Leônidas de Rezende, após mudanças conjunturais (saída de Arthur Bernardes na Presidência) e acordos políticos com os comunistas, privilegiou a linha preconizada pelo PCB:

Os artigos de Leônidas de Rezende eram, de fato, os únicos artigos que manifestavam alguma ambição teórica. De modo que, independentemente das vantagens políticas que o acordo trouxe para o Partido Comunista, criou-se uma situação na qual, afinal, a primeira realização de maior envergadura que a agremiação conseguiu promover no plano da difusão da teoria, no plano da divulgação filosófica, em 1927, levava aos leitores o pensamento de Marx bastante diluído e combinado ecleticamente com o pensamento de Augusto Comte (KONDER, 2009, p. 191-192).

No entanto, pouco atuante junto ao movimento operário na década de 1920, o PCB pouco participou da vida política e da cena cultural brasileira em sua trajetória inicial, embora fosse o primeiro partido político brasileiro da República a pleitear um perfil nacional, em detrimento do caráter regional de outras agremiações partidárias. De início, por não conseguir criar espaços de



interação junto aos trabalhadores, a questão para o PCB era conquistar o poder *em nome* do operariado:

O objetivo daqueles nove militantes que fundaram o Partido Comunista era muito claro: conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. [...] No Brasil, em 1922, sem nenhuma mediação, pregava-se, por via insurrecional, a instalação direta e imediata do regime comunista. Poucos anos depois, sem abrir mão do objetivo maior, a percepção era que o comunismo só poderia ser implantado no país após a realização de uma revolução do tipo “burguesa” (PANDOLFI, 1995, p. 71).

Diante de uma frágil capacidade mobilizadora em seus primeiros anos de existência, o PCB procurou redimensionar sua participação política. Nas palavras de Dulce Pandolfi dar-se-ia “o início de um dilema” (1995, p. 85). Descendente de uma tradição anarco-sindicalista, que via a política institucional, exclusivamente, como instrumento de poder da burguesia, o PCB buscou ascender politicamente através da via insurrecional, em que pese também sua situação ilegal junto à participação eleitoral. Porém, a já citada frágil capacidade de atuação abriu espaço para novas discussões e possibilidades no interior do Partido. A partir de seu II Congresso, em 1925, a via parlamentar adentraria ao rol estratégico dos comunistas, dando início ao *dilema* reforma/revolução. Desconfiado das outras forças políticas que poderiam se juntar ao Partido e intitulado-se “o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e as aspirações totais do proletariado”, o PCB, em 1927, propôs um pacto eleitoral com diversas agremiações e personalidades, por meio de uma carta aberta dirigida a Maurício de Lacerda, Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Político Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói (CARONE in PEREIRA, 1982, p. 64). Nascia, assim, o Bloco Operário, que conseguiu eleger o médico Azevedo Lima, não filiado ao PCB, já que este não estava habilitado a lançar um candidato por encontrar-se na ilegalidade.

No documento endereçado a esses atores é possível constatar a presença do bolchevismo-leninismo na construção da concepção partidária do comunismo brasileiro, assim como sua missão política, enquanto dirigência. Segundo a carta:



O proletariado já vai adquirindo uma consciência de classe – o que quer dizer que já vai compreendendo serem seus interesses antagônicos aos interesses da burguesia. Ora, este despertar da consciência proletária reflete-se e projeta-se igualmente sobre o terreno eleitoral. O mesmo instinto de classe diz aos operários eleitores que eles, nas eleições para os cargos públicos, devem votar nos próprios candidatos, isto é, nos candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente (CARONE in PEREIRA, 1982, p. 65).

Independentemente dessa leitura política não condizer com a realidade participativa do operariado brasileiro daquele período, o recurso discursivo presente no “instinto de classe”, na “consciência de classe” ou na “vanguarda consciente do proletariado deste país”, já denota a influência do leninismo na concepção de partido político do PCB e, principalmente, ilustra o arcabouço teórico leninista do dirigente comunista Astrojildo Pereira. Para o autor de *O Estado e a revolução* (1917), “a passagem da sociedade capitalista é impossível sem um “período de transição política” em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado” (LENIN, 2007, p. 104). Em 1927, portanto, alcançar o Estado através das eleições era um dos meios pelo quais o PCB buscava realizar sua estratégia. Astrojildo Pereira também destacava que na Europa, EUA e “bem perto de nós, no Uruguai, na Argentina, no Chile, os partidos operários participam dos pleitos eleitorais como força independente e como tais elegeem seus próprios candidatos” (CARONE in PEREIRA, 1982, p. 65).

Um ano depois, esse grupo transformou-se no Bloco Operário Camponês (BOC) e visou constituir um espaço de ação através da via parlamentar. A contrapartida dessa iniciativa viria com a crítica interna de alguns militantes, que viam no BOC a possibilidade do PCB afastar-se de seu objetivo final - a revolução comunista. Inclusive, nesse período, as diretrizes expedidas por Moscou criticavam possíveis alianças políticas com membros das classes médias. Contudo, cabe ressaltar que, “antes mesmo que o BOC caísse em desgraça, a opção pela luta parlamentar não era considerada prioritária”, pois tal recurso deveria ser utilizado, principalmente, como impulsionador da luta de classes e propagador dos ideais comunistas (PANDOLFI, 1995, p.86-88). Ademais, essa crise identitária, fruto de um *dilema* entre reforma e revolução, presente também na trajetória do Movimento Comunista Internacional, acompanhou toda a trajetória do PCB no século XX⁶.

⁶ A disputa e o uso da memória também foram sendo moldados pelo PCB, ao longo de sua história. Dependendo do grupo político do Partido e/ou da conjuntura estratégica vivida pelo Partido, o BOC da década de 1920 seria



Seu lento crescimento, aliado a uma frágil base teórico-intelectual e aos insucessos eleitorais, apenas alimentou tensões internas, enquanto que outros movimentos sociais tiveram uma maior inserção nas camadas menos favorecidas, como o caso do tenentismo - embora seu largo alcance geográfico, a partir da Coluna Prestes, não tenha resultado, necessariamente, em um enraizamento social do movimento junto a essa população.

Desalinhado estrategicamente e socialmente pouco representativo, coube ao PCB redimensionar, novamente, suas opções políticas e visões estratégicas. O Partido Comunista do Brasil, por meio de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, fundamentou-se, então, na confusão intencional que relacionou as frágeis insurreições revolucionárias do tenentismo brasileiro (como exemplo, Octávio Brandão considerava essa juventude militar como parte da “pequena burguesia”) junto ao contexto da Revolução Bolchevique, quando o Partido tentava, cada vez mais, adequar-se às exigências de Moscou. Diante dessa construção elaborada pelo imaginário comunista, em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira reuniu-se na Bolívia com um dos líderes do movimento tenentista, Luís Carlos Prestes, e disponibilizou todo material marxista que tinha em mãos:

Embora sobejamente conhecido, esse episódio lançou as sementes de uma vertente que iria consubstanciar uma nova síntese político cultural ocorrida em meados da década seguinte: o encontro da esquerda positivista existente nas fileiras do exército com a difusa influência positivista presente nas lideranças do movimento operário que assimilaram o impacto da revolução russa e do marxismo terceiro-internacionalista na sua versão staliniana (DEL ROIO, 2000, p. 76).

Segundo os dirigentes comunistas, as insurreições tenentistas, portanto, passaram a ser interpretadas como “etapas de uma revolução em curso”. Conforme interpretação do Partido, criou-se, diante da inviabilidade da ação, o conceito de “estado de espírito revolucionário nas

avaliado sob diferentes olhares: “Na análise *a posteriori* feita por alguns militantes, o BOC foi a mais importante iniciativa dos comunistas nos anos 20. Entretanto no interior do partido não existe até hoje uma concepção consensual a respeito dessa questão. Muitas vezes o BOC é lembrado como gerador de tensões no interior da organização. Na realidade, as diferentes avaliações refletem o dilema vivido pelo partido ao longo do tempo, o que se verifica pela acusação dos próprios militantes à adoção de posições ora de privilegiamento da atuação institucional e parlamentar, ora de excessiva preocupação com a classe operária, subestimando uma política de maior abertura para a sociedade como um todo. Nos inícios dos anos 50, por exemplo, período em que os comunistas brasileiros negavam a participação nas instituições da democracia liberal, afirmava-se que no III Congresso: “foi combatida a posição oportunista que considerava o Bloco Operário e Camponês um substituto legal do Partido, tendência que levou à diluição dos comunistas na frente única” (PANDOLFI, 1995, p. 92).



amplas camadas do povo, mantido vivo pela propaganda dos ideais e dos fatos revolucionários” (PINHEIRO, 1991, p. 67). Tanto Brandão como Pereira, defenderam a formação de uma frente ampla, e acabaram por utilizar o conceito de “pequena-burguesia” para os tenentes.

Todavia, essa perspectiva sofreria um desgaste ao final da década. No plano externo, os comunistas brasileiros apoiaram o combate às ameaças contrarrevolucionárias, que foram expedidas pelas diretrizes stalinistas, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Diante disso, entre 1929 e 1931, houve no PCB mudanças significativas da equipe dirigente. As lideranças políticas, ligadas a uma vertente mais intelectual foram substituídas por lideranças operárias. A ideia aliancionista de frente ampla passaria a ser substituída pelo confronto *classe contra classe*.

No plano interno, com a criação da Aliança Liberal (AL), desencadeadora da “Revolução de 1930”, membros importantes ligados ao tenentismo passaram a apoiar o novo governo, presidido por Getúlio Vargas. A repressão junto ao PCB continuou e alguns de seus membros foram presos e torturados. Caso Prestes, principal expoente do movimento tenentista, tivesse apoiado Vargas e a AL, a crise no comunismo brasileiro poderia ter sido mais dramática. Mesmo desconfiados de Prestes, os comunistas respiraram aliviados quando o mesmo embarcou para União Soviética, em 1931, defendendo o PCB como seção brasileira da Internacional Comunista, desqualificando, desse modo, qualquer apoio à AL (KONDER, 2009, p. 215).

Nessa lógica de *classe contra classe*, o PCB, ao fim de sua primeira década de atividades, arregimentou em seus quadros um perfil militarista associado à chamada “proletarização do partido”. A lógica da guerra movimentaria a estratégia do Partido. E tal formação, após definir seu perfil militante, dada às condições estabelecidas naquela época e suas próprias características culturais, encontraria no stalinismo as “indicações ideológicas”, o “sistema de normas e princípios teóricos”, a “fundamentação de suas novas convicções políticas” e o “corpo doutrinário fornecedor de armas-argumentos para a luta ideológica com os adversários”, a concepção político-estratégica para sua revolução e a preparação tática de assalto ao poder do Estado (KONDER, 2009, p. 217-218).

Nessa nova conjuntura, diferentemente do impacto inicial da Revolução de 1917 e sua tentativa de alargar o Outubro Vermelho, a revolução mundial se daria “pelo alto”, no “tempo do Estado” (PONS, 2014, p. 152). Portanto, malfada a experiência do movimento internacional da



“revolução global”, especialmente nas derrotas e desilusões ocorridas na Alemanha, quando os comunistas conseguiram controlar algumas regiões no sul da Alemanha, mas acabaram derrotados pelo governo liderado pela social-democracia, o bolchevismo atribuiria ao Estado o papel impulsionador de uma modernidade anticapitalista, a partir de uma “transformação radical e violenta sem precedentes, que agrediu pela raiz a sociedade no esforço inaudito e desumano de derrubar o muro do atraso” (PONS, 2014, p. 153-154). No Brasil, essa nova perspectiva do comunismo internacional adequou-se à cultura política nacional, diante das convergências entre stalinismo e positivismo. Segundo Konder, dada a “estrutura acentuadamente elitista e autoritária da sociedade brasileira”, o “próprio pensamento de esquerda, que contestava a organização da sociedade, se via impotente em face dela e assimilava algo da dinâmica perversa da ideologia dominante” (2009, p. 220). A própria identidade militarista da filial comunista no Brasil colaborou para essa conjunção entre positivismo e comunismo no seio da estratégia política do PCB.

Somada a uma frágil tradição teórica, a influência do positivismo desenvolvido na campanha republicana do século XIX e hegemônico nos quadros intelectuais das três primeiras décadas do século XX, se fez presente na cultura política do comunismo brasileiro, que embora propusesse representar uma alternativa ao poder político da época, assimilou grande parte dessa cultura política. No plano político-estratégico, essas aproximações incidiriam diretamente nas políticas adotadas pelo PCB, principalmente, quando ocorreu a Insurreição de 1935.

No Chile da década de 1920, diferentemente da trajetória política brasileira, as dinâmicas das ideias em movimento resultaram em relações distintas e numa identidade comunista organicamente mais vinculada ao movimento dos trabalhadores. Entre outras questões, deve-se a isso o sentido da modernização chilena do século XIX ter sido mais política e cultural em detrimento da questão econômico-estrutural, embora, assim como no restante da América Latina, esses processos tenham sido socialmente desiguais (LARRAÍN, 2001, p. 83). O fato de o Chile ter adotado a República como sistema de governo pós-independência, ao contrário do sistema monárquico brasileiro, vigente até 1889, auxilia-nos a entender parte das distintas dinâmicas políticas entre essas duas nações⁷. A percepção de que as identidades construídas durante o

⁷ Entre os precursores da comparação Brasil-Chile, Joaquim Nabuco, em 1895, diferentemente do que propomos nesse trabalho, visualiza na Monarquia brasileira e na República chilena, “a mesma continuidade de ordem, de



domínio espanhol não mais conseguiam representar a sociedade chilena do século XIX fez com que o republicanismo chileno iniciasse seu processo de vinculação da cidadania à nação⁸. Ao final do século XIX, os “conflitos provenientes da autonomização da esfera de influência dos trabalhadores, do avanço das ideias socialistas e da diferenciação ideológica expressa nas posturas dos partidos políticos”, colaboraram, entre outras questões, para a necessidade de se redimensionar o espaço político do republicanismo oligárquico chileno na própria sociedade (STUVEN, 2010, p. 327-328). Embora esse reordenamento político-social tenha encontrado seus limites no próprio sistema político chileno, centralizador e excludente, assim como em vários sistemas políticos latino-americanos daquele período, a ampliação do espaço político interno, ao final do século XIX, representou uma das excepcionalidades na região:

Esta contradição pode ter sentido através da precoce ampliação do espaço político interno, que permitiu que estas massas se expressassem, mesmo com dificuldades, na esfera do Estado, através de representantes políticos *radicais* ou *demócratas* no Parlamento da época. Esta característica própria do Estado *demoliberal*, formada no país durante o século passado, possibilitou que a partir da ascensão do movimento de massas, o movimento popular não enfrentasse um despotismo de classes, tendo como suporte um sistema político mais desenvolvido que conferiu possibilidades de atuação dentro dele. Por tais razões, a esquerda socialista pôde ter seus próprios representantes na primeira década do século atual (VARAS, 2010, p. 52).

Diante dessas condições, ao final do século XIX, setores mais radicalizados do Partido Democrático, fundado em 1887, juntamente com alguns setores populares, expressaram seus descontentamentos frente à atuação partidária nas alianças com partidos burgueses (TOSO, 2011, p. 24). Paralelamente a essas movimentações, ideias advindas do anarquismo e do socialismo, começavam a ganhar corpo no Chile. Porém, entre o surgimento de grupos socialistas e a criação de um partido que conseguisse unificar essas correntes, transcorreram-se duas décadas. Após diversas e frágeis tentativas de se formar um partido socialista chileno, ao longo da última década

governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial. Um e outro governo eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensanguentadas” (NABUCO, 2008, p. 33). Sua crítica ao escrever *Balmaceda* foi direcionada ao emergente republicanismo brasileiro.

⁸ No caso brasileiro, a partir da transição Monarquia-República, não se constata um redimensionamento da relação cidadania-nação em seu sistema político. Embora a percepção de que as identidades estruturadas durante o domínio ibérico-monárquico também não mais representavam a sociedade brasileira e, como solução deu-se a formulação de uma Constituição liberal-federalista (1891), os “novos” republicanos não criaram uma “modalidade alternativa de organização política” para a República (CARVALHO, 2001, p. 90).



novecentista e da primeira década do século XX, o partido que marcaria uma posição central seria liderado por Luis Emilio Recabarren, que em 1911 mudou-se para Iquique, ao norte do país, e começou a reorganizar a dissidência *demócrata* iquiquenha sob a hegemonia socialista (TOSO, 2011, p. 27). Em 1912, juntamente com ex-militantes do *Partido Demócrata*, Recabarren fundou o *Partido Obrero Socialista* (POS). Muito influenciado pela corrente de pensamento da II Internacional, tendo visitado e conhecido muitas dessas ideias em sua viagem à Europa, Recabarren trouxe consigo um aparato marxista de interpretação da história. Tal postura incidiu na visão programática do novo Partido. Dissidentes do programa *demócrata*, Recabarren e seus colegas haviam concluído que democracia e socialismo – contrariamente ao que haviam acreditado durante muito tempo – eram duas ideias que se bem não se excluía totalmente, possuíam significados distintos (TOSO, 2011, p. 61). Formularam, por conseguinte, novas propostas de ação política.

Dentre elas, o cooperativismo na forma de ações gremiais e sindicais balizaria uma nova concepção política do programa socialista, estando presente na Declaração de Princípios (1915) redigida em seu primeiro Congresso. A experiência cooperativista, fortemente influenciada pela II Internacional e presenciada *in loco* por Recabarren, poderia constituir-se, na visão do dirigente chileno, no mais poderoso fator de expropriação capitalista sem indenização e sem consequências nocivas, pois as cooperativas socialistas trariam a diminuição dos negócios da burguesia. Dessa maneira:

El partido se constituiría como “una verdadera federación de sociedades gremiales, fundadas y alentadas desde su propio seno, de tal forma que el comité administrativo de una agrupación central socialista, vendría a ser a la vez la *mesa directiva* del comité de la federación gremial de cada localidad” (TOSO in RECABARREN, 2011, p. 64-65).

Tal relação entre sindicatos e Partido aprofundou-se no Chile, quando o POS assumiu o controle político da *Gran Federación Obrera de Chile*, a partir da segunda metade da década de 1910. Essa organização representava uma das principais centrais sindicais do país. Liderados por Recabarren, detentor de um enorme prestígio frente às organizações sociais, muitos militantes do POS começaram a ocupar postos-chave nas seções dessa organização. Em dezembro de 1919, na Convenção de Concepción, os socialistas conquistaram a maior parte da mesa diretiva do



Encontro e estabeleceram uma Declaração de Princípios consoante à sua linha partidária⁹. Nesse encontro, tal organização passou a ser denominada *Federación Obrera de Chile* (FOCH).

Através dessas análises, podemos concluir que a formação da cultura política do POS adveio de uma tradição *Demócrata* e foi formada a partir de preceitos heterodoxos da II Internacional. Ademais, também agregou outros elementos heterogêneos em suas fileiras – pessoas desvinculadas de partido político, pequenos comerciantes, intelectuais, operários e anarquistas. Estes últimos também tiveram importante participação na formação do POS, assim como no PCB, mas as dinâmicas políticas foram diferentes, pois o anarquismo conviveu com outras correntes e não foi a única e principal base formadora desse socialismo chileno. Portanto, conforme os escritos do ex-dirigente comunista chileno, Elías Lafferte, trata-se de um partido nascedouro de uma heterodoxia ideológica, adjacente de origens militantes diversas (TOSO, 2011, p. 66).

Se, no campo interno, o PCCh absorveu tal heterodoxia ideológica do POS, o impacto da Revolução Bolchevique e as teses leninistas, assim como no caso brasileiro, logo aportaram nos textos políticos do Partido chileno. Segundo Sergio Toso, uma primeira importante mudança estratégica do PCCh em distinção ao POS foi a incorporação do conceito de “ditadura do proletariado”, ausente em toda linha original do antigo partido socialista. Em texto publicado pelo periódico *El Comunista*:

Nosotros, los comunistas – se leía en un artículo de polémica publicado en el diario del partido en Antofagasta a mediados de 1922 -; no ocultamos nada sobre la dictadura, porque en ésta está la salvación de la Revolución Proletaria. Sin la dictadura de una minoría capaz que siempre haya ido a la vanguardia de los movimientos revolucionarios y que la clase trabajadora, en el momento de transición, le otorga su confianza en la elección de los Soviets, no es posible hacer la Revolución proletaria. Y añadimos: esta minoría no puede ser otra que el Partido Comunista, que tiene su programa, su centralización, su disciplina ideológica – no personal -, su organización militar; todos estos materiales que

⁹ Essa linha seria mantida pelo PCCh: A linha de construção do PCCh era essencialmente a mesma que fora aplicada no desenvolvimento do POS, através das concepções de Recabarren, que associava uma íntima relação entre o social e o político. O partido se constituía no calor das lutas sociais e políticas, estreitamente associado às organizações da classe trabalhadora e dos trabalhadores. Apesar de o aporte teórico distinguir organizações sociais e organização partidária, na prática, as fronteiras entre a principal organização social na qual participavam os comunistas e as alas do partido propriamente dito eram muito difusas. A tal ponto que durante a vida de Recabarren (e após seu suicídio), os termos *federado* ou *fochista* e comunista eram quase equivalentes, do mesmo modo que haviam sido durante os últimos anos do POS, quando *federado* ou *fochista* confundiam-se com socialista (TOSO, 2011, p. 209).



son indispensables para aplastar a la burguesía y sus secuaces, “sean quienes fueren” (TOSO in EL COMUNISTA, 2011, p. 260-61)

Trata-se, na visão do autor, de uma mera retórica presente na estratégia comunista chilena, pois a trajetória do Partido caminharia por outras vias. Porém, logo em seguida a essa afirmação, Toso afirma que alguns líderes do PCCh começaram a defender o uso da violência revolucionária para conquistar o poder, a partir da década de 1920. De acordo com o historiador, novamente, tratava-se apenas de um exercício retórico que não foi balizado por atos concretos dos dirigentes comunistas, nesse período (TOSO, 2011, p. 262). Entretanto, possuímos outro posicionamento. Defendemos que, desde a criação do PCCh, a via insurrecional fez parte do portfólio estratégico do comunismo chileno, embora não fosse a estratégia hegemônica¹⁰.

Com o suicídio de Recabarren, ocorrido em 1924, e o processo de bolchevização do PCCh, visto logo acima, alguns desses elementos formadores do Partido mantiveram-se preservados, enquanto que outros foram questionados e reinterpretados segundo às novas diretrizes. A *Federación de Sociedades Gremiales*, por exemplo, ao mesmo tempo em que consideramos um embrião das células partidárias do futuro PCCh, de início, descentralizadas e espalhadas em várias regiões do país, representando uma das várias práticas descentralizadoras e autônomas em relação às ordens de Moscou na década de 1920 foi, também, motivo de muitas críticas de outros membros do PCCh, após a bolchevização do Partido e a incorporação do conceito de *centralismo democrático* leninista, característico do modelo de partido bolchevique na URSS.

Outra característica do POS, que seria redimensionada pelo PCCh e acabaria por marcar sua trajetória à frente da sociedade chilena, foi o papel desempenhado nos processos eleitorais, além de sua própria visão em torno das alianças políticas. Dada a importância conferida por Recabarren e seus companheiros frente ao sistema político representativo da época, o POS acabou por participar de todos os pleitos eleitorais a que fora permitido, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo próprio sistema político, cujo caráter arbitrário e autoritário não fugia

¹⁰ Posteriormente, durante as décadas de 1950 e 1960, veremos que a questão da via insurrecional nunca esteve alijada completamente do pensamento comunista chileno, sendo palco de diversas discussões internas com outras forças políticas de esquerda. E, após o golpe de 1973, tal proposta hegemoneizou-se ao longo da ditadura pinochetista, configurando-se, assim, elemento presente na cultura política do comunismo chileno, no século XX.



à regra das eleições latino-americanas. Desde 1903, como candidato a deputado pelo *Partido Demócrata*, Recabarren participou do processo eleitoral. A partir das eleições parlamentárias de 1915, o POS deu início a sua trajetória político-eleitoral. Em 1918, atingiu 0,3% em relação ao total de votantes no país. Em 1921, já com o apoio da FOCH, sua proporção quadruplicou-se ao atingir 1,4% (DURÁN, 2010, p. 229). A figura recabarrenista diante dessa porcentagem foi extremamente significativa. Como candidato e elemento mobilizador, o dirigente chileno acumulou 59,1% dos votos socialistas, em 1915, e 50,7%, em 1921. Em 1920, como candidato à Presidência, obteve 0,4% dos votos (DURÁN, 2010, p. 230). O uso da ferramenta eleitoral por parte do POS, mais do que objetivar uma conquista significativa naquele espaço reduzido de atuação, teve como principal objetivo servir de *medio* para levar sua palavra aos mais amplos setores da população e propagandear suas ideias naquela conjuntura (TOSO, 2011, p. 70).

A partir das eleições de 1924, portanto, após a transição que deu origem ao *Partido Comunista de Chile* e sua vinculação à III Internacional (1922), constata-se um estado de tensões internas e externas, que dificultarão sua própria participação político-eleitoral (DURÁN, 2010, p. 231). Logo após a conversão do POS em PCCh, de maneira silenciosa, sem lutas e protestos, houve uma quantidade numerosa de deserções individuais de militantes (TOSO, 2011, p. 178). Dos remanescentes, entre os anos 1924-1931, período esse em que o PCCh esteve na clandestinidade durante a maior parte do tempo (1927-1931), houve uma facção do Partido (entre os membros dessa facção, destacamos Ramón Sepúlveda Leal, Iasías Irarte y Manuel Hidalgo, secretários-gerais) que tentou dividi-lo, pois era contrária à adesão ao marxismo-leninismo.

Com o regime autoritário do presidente Carlos Ibañez, essa situação interna se agravou, pois muitos dirigentes foram perseguidos e o PCCh teve que se reorganizar. Enquanto um grupo buscava aproximação com o Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, a então atual direção do Partido se recusou a aceitar as diretrizes impostas pelo comunismo internacional. Esse impasse levaria alguns anos para ser resolvido:

Foi somente nas Conferências que ambos realizaram em 1933, que a situação foi resolvida. O partido oficial (o grupo reconhecido pela Internacional) levou a cabo sua conferência em julho de 1933, dedicando grande parte de seu tempo aos problemas de organização. O grupo dissidente, durante sua conferência, ocorrida em março, decidiu unir-se à *Oposición Comunista Izquierda Internacional*, fundada por Trotsky, nomeando-se *Izquierda Comunista*. Em 1937, este grupo uniu-se ao Partido Socialista (FURCI, 2008, p. 63).



Em relação ao sentido atribuído a participação partidária no sistema político, ao longo da década de 1920, o PCCh participou de diversas eleições, tanto parlamentárias como presidenciais, mas no campo da tática discursiva adotou um posicionamento antiparlamentar e atribuiu a função de deputado um papel revolucionário e acusador das políticas burguesas no interior da própria instituição burguesa. Tais preceitos eram consoantes com as diretrizes bolcheviques da III Internacional. Contudo, essa relação não foi tão estreita e a via eleitoral tornou-se um dos principais pilares estratégicos do PCCh, até 1973. A título de exemplo, enquanto que em 1928, o VI Congresso Internacional Comunista, realizado em Moscou, propunha o choque de *classe contra classe*, com suas teses sobre o fascismo, seu repúdio à socialdemocracia e a concepção de Frente Única, que restringia as alianças políticas dos comunistas ao operariado, o PCCh, que utilizou o conceito de Frente Única para combater o governo autoritário de Carlos Ibáñez, propôs, na prática, uma frente ampla, incluindo setores médios da população chilena, alguns considerados *burgueses progresistas*. Essa iniciativa, fruto de uma cultura política *Democrática*, até a década de 1910 e *Socialista*, a partir de 1912, marcaria a principal estratégia política do PCCh na década de 1930, materializada na formação da Frente Popular, que manter-se-ia como estratégia hegemônica no PCCh, até o fim do governo Allende, embora tenha passado por transformações significativas em seu conceito. Nesse caso, diferentemente da questão da via insurrecional, em que consideramos um elemento também presente na cultura política do comunismo chileno desde o seu nascimento - ao contrário do que afirmam alguns historiadores, como Sérgio Toso e Rolando Álvarez, que a analisaram apenas como um elemento retórico na década de 1920 -, corroboramos com a ideia de que as eleições foram um dos elementos mais duradouros da cultura política do PCCh (TOSO, 2011, p. 274). Esse paradoxo, embora menos latente, comparado à trajetória do PCB, estaria presente nos debates do PCCh nos anos 1950 e 1960, e marcaria seu reposicionamento estratégico nos anos 1970 e 1980, ao contrário do PCB, que adotaria a via eleitoral e a “democracia como valor universal” nessa mesma conjuntura de combate às ditaduras militares.

Considerações Finais



Ao final dos anos 1920 e início dos anos 1930, portanto, constatamos que os comunistas brasileiros e chilenos diante de distintas possibilidades, fruto de formações, conjunturas e escolhas diversas, percorreram dilemas similares em torno de suas estratégias políticas - via eleitoral ou via insurrecional. Em comum, na relação nacional-global, delineava-se no imaginário comunista internacional, a partir da crise de 1929, uma oportunidade de se concretizar o projeto da revolução mundial. Diante disso, as tais disputas internas culminaram num processo semelhante ao ocorrido no PCUS e demais partidos comunistas, quando houve a liquidação da oposição interna, acusada por “desvios de direita” ou “desvios de esquerda”, objetivando-se acelerar tal processo. Entretanto, PCB e PCCh, a partir de meados da década de 1930, optaram por caminhos diferentes - Aliança Nacional Libertadora (ANL) e seu caráter insurrecional, no Brasil, e Frente Popular e vitória nas eleições chilenas - ao interpretarem a “revolução mundial” em curso. Traduziram, cada um ao seu modo, os desafios de suas realidades nacionais tendo, agora, o Estado como ator revolucionário, segundo a diretriz stalinista que anunciava a “revolução pelo alto”.

Periódicos

Principios – Chile.

Documentos

LÖWY, M (Org.). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

Bibliografia

ARAYA, M. C.; RIQUELME, A. R.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista em Chile**. Santiago: Catalonia, 2010.

ARICÓ, J. **O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional**. In: História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Elmar Altvater [et. al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 422-450.

BERSTEIN, S. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, C. [et. Al.] Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.



BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: De 1870 a 1930. Vol. V.** São Paulo: EDUSP, 2009.

CARONE, E. **A Internacional Comunista e as 21 condições.** Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109>>. Acesso em 02/10/2015.

DEL ROIO, M. **A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo.** DEL ROIO, M.; MORAES, J. Q. de. (Orgs). História do marxismo no Brasil (vol. IV). Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 69-90.

DURÁN, L. B. **Visión cuantitativa de la trayectoria electoral del partido comunista de Chile: 1903-1973.** In: ARAYA, M. C.; RIQUELME, A. R.; VARAS, A (org.). El Partido Comunista en Chile. Santiago: Catalonia, 2010, p. 232-253.

FURCI, C. **El Partido Comunista de Chile y la vía al socialismo.** Santiago: Ariadna Ediciones, 2008.

FURET, F. **O passado de uma ilusão:** Ensaio sobre a ideia comunista no século XX. Lisboa: Presença, 1996.

HALE, C. A. **As ideias políticas e sociais na América Latina (1870-1930).** In: BETHELL, L. História da América Latina vol. IV: De 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 399-450.

HALL, M. M; SPALDING JR. H. A. **A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina (1880-1930).** In: BETHELL, L. História da América Latina vol. IV: De 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 310-351.

KONDER, L. **A derrota da dialética:** a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.

LARRAÍN, J. **Identidad chilena.** Santiago: LOM Ediciones, 2001.

LENIN, V. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAMPLONA, M.; STUVEN, A. M. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros:** memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.



PINHEIRO, P. S., **Estratégias da Ilusão** – a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TOSO, S. G. **Historia del Comunismo en Chile**. La era de Recabarren (1912-1924). Santiago, LOM Ediciones, 2011.

VARAS, A. **Ideal socialista y teoría marxista en Chile**: Recabarren y el Komintern. In: ARAYA, M. C.; RIQUELME, A. R.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile**. Santiago: Catalonia, 2010, p. 50-74.

Recebido em: 11 de outubro de 2015.

Aprovado em: 23 de junho de 2016.